



SMAS  
PORTO VITÓRIA-PR

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,  
HABITAÇÃO, POLÍTICAS PARA AS MULHERES E  
INCLUSÃO SOCIAL**

Prefeitura Municipal de Porto Vitória - Paraná  
Rua Athanasio Schick, 365 Cep:84615-000  
Porto Vitória-PR  
e-mail:[acaosocial@portovitoria.pr.gov.br](mailto:acaosocial@portovitoria.pr.gov.br)

# **Análise do RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2025**

## RESUMO

O presente relatório tem por objetivo apresentar um panorama das ações, atendimentos e serviços desenvolvidos pela Política de Assistência Social no município ao longo do ano de 2025, a partir da sistematização e análise de dados realizada pela Vigilância Socioassistencial.

A Vigilância Socioassistencial constitui uma função essencial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), responsável pela produção, organização e análise de informações territorializadas sobre situações de vulnerabilidade e risco social, bem como sobre a oferta e a capacidade de atendimento dos serviços socioassistenciais. Nesse sentido, o relatório reúne dados quantitativos e qualitativos provenientes dos serviços da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial, além de informações oriundas de sistemas oficiais, registros administrativos e instrumentos de monitoramento da rede socioassistencial.

O documento busca evidenciar as principais demandas apresentadas pela população, o perfil dos usuários atendidos, as vulnerabilidades identificadas no território, bem como as ações e estratégias desenvolvidas pela rede de proteção social para enfrentamento dessas situações. Também são apresentados indicadores que auxiliam na avaliação da cobertura dos serviços, na identificação de lacunas de atendimento e no planejamento de políticas públicas mais eficazes.

Dessa forma, o relatório de atividades da Assistência Social referente ao ano de 2025 configura-se como um importante instrumento de gestão, planejamento e transparência, contribuindo para o fortalecimento da política socioassistencial, para o aprimoramento da oferta de serviços e para a garantia de direitos da população em situação de vulnerabilidade social no município. Para informações complementares consultar os relatórios que serviram de base para este relatório sintético RMA, CECAD.

## **Vigilância Socioassistencial**

A Vigilância Socioassistencial constitui uma função estratégica da Política de Assistência Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Sua atuação está voltada à produção, sistematização, análise e disseminação de informações referentes às situações de vulnerabilidade e risco social presentes no território, bem como à identificação da capacidade de atendimento e da cobertura dos serviços socioassistenciais ofertados à população.

No âmbito do SUAS, a Vigilância Socioassistencial deve atuar de forma articulada com as áreas de Proteção Social e Defesa de Direitos, subsidiando o planejamento, a organização e a execução das ações desenvolvidas pela gestão e pelos serviços socioassistenciais. A partir da análise de dados territorializados, torna-se possível compreender de maneira mais qualificada as demandas da população, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas e para a tomada de decisões baseadas em evidências.

De acordo com as Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial, as principais macroatividades desta função compreendem:

1. organização, estruturação e padronização das informações;
2. gerenciamento e consulta de sistemas informatizados;
3. elaboração de diagnósticos e estudos socioterritoriais;
4. monitoramento e avaliação das ações e serviços socioassistenciais;
5. planejamento e organização de ações de busca ativa;
6. registro e acompanhamento de notificações de violências e violações de direitos.

Conforme estabelece a Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS (2012), em seu Capítulo VII, a Vigilância Socioassistencial deve articular informações relativas às situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos, aos eventos de violação de direitos ocorridos nos territórios, bem como ao tipo, volume e padrão de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial.

Nesse contexto, buscando contribuir para o conhecimento da realidade local e subsidiar o planejamento das ações da política de assistência social, foi elaborado o presente relatório, que sistematiza as principais informações registradas pelos trabalhadores do SUAS no município de Porto Vitória – PR.

## PERFIL DAS FAMÍLIAS INSERIDAS NO CADÚNICO

Os dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), extraídos do CECAD em fevereiro de 2026, apresentam informações relevantes sobre o perfil socioeconômico das famílias cadastradas no município, permitindo compreender o grau de vulnerabilidade social presente no território e subsidiar o planejamento das ações da política de assistência social.

Inicialmente, observa-se que o município possui 856 famílias cadastradas no CadÚnico, das quais 809 encontram-se com cadastro atualizado, representando 95% do total, enquanto 47 famílias (5%) apresentam cadastro desatualizado. Esse indicador demonstra um bom nível de atualização cadastral, evidenciando que as ações de cadastramento e atualização realizadas pela equipe responsável têm alcançado resultados positivos, contribuindo para a qualidade das informações utilizadas no planejamento das políticas públicas.

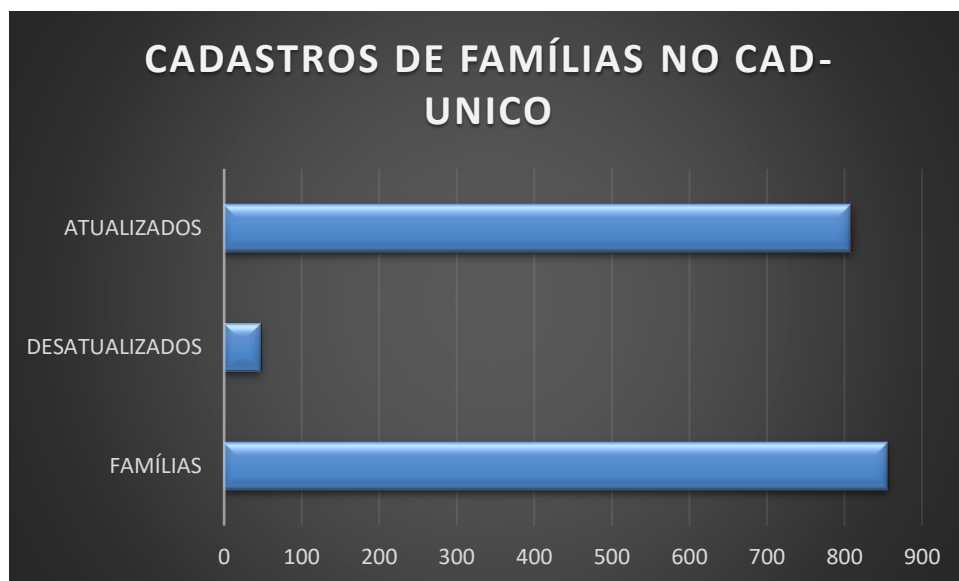
No que se refere à situação de renda das famílias, verifica-se que 306 famílias (36%) encontram-se em situação de pobreza, configurando um contingente significativo de famílias em condição de vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, 184 famílias (21%) estão classificadas como baixa renda, enquanto 366 famílias (43%) possuem renda acima de meio salário mínimo por pessoa. Esses dados indicam que mais da metade das famílias cadastradas (57%) encontram-se em condição de pobreza ou baixa renda, o que reforça a importância da atuação das políticas socioassistenciais no município, especialmente por meio dos serviços da Proteção Social Básica, como o CRAS e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Em relação ao total de pessoas cadastradas, o município registra 2.108 indivíduos inseridos no CadÚnico. Dentre estes, 817 pessoas (39%) encontram-se em situação de pobreza, 571 pessoas (27%) estão classificadas como baixa renda e 720 pessoas (34%) possuem renda acima de meio salário mínimo per capita. Esses dados demonstram que uma parcela expressiva da população cadastrada vivencia algum nível de vulnerabilidade econômica, sendo que 66% das pessoas cadastradas encontram-se entre as faixas de pobreza e baixa renda.

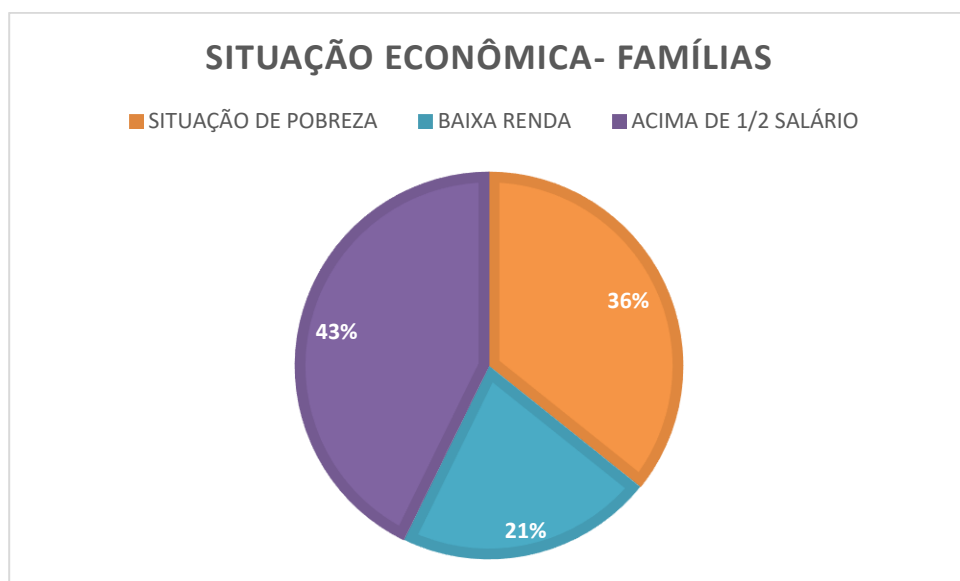
A análise desses indicadores evidencia que o Cadastro Único cumpre papel fundamental na identificação das condições socioeconômicas da população, permitindo direcionar políticas públicas e programas sociais voltados

à redução das desigualdades e ao enfrentamento das vulnerabilidades sociais presentes no território.

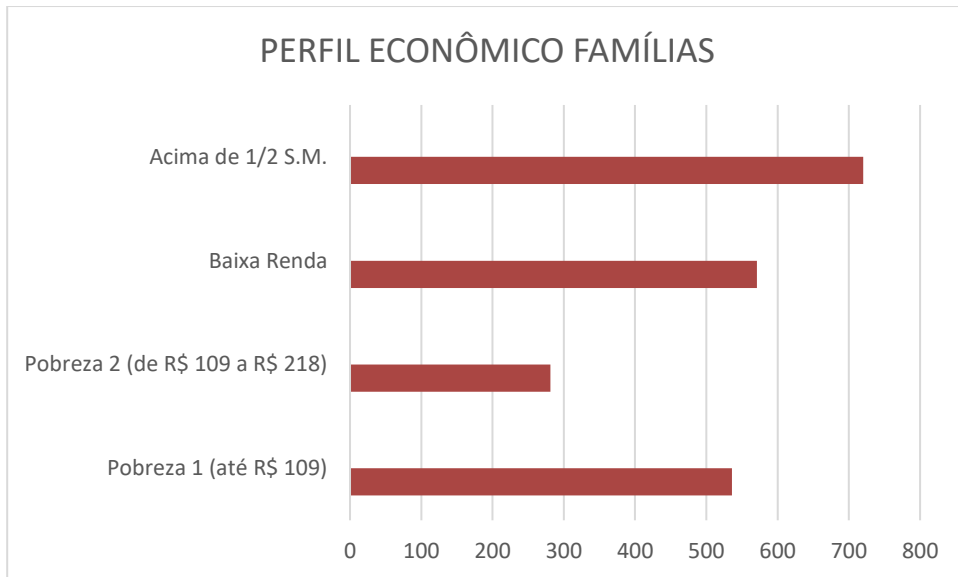
Dessa forma, os dados reforçam a necessidade de manutenção das ações de busca ativa, atualização cadastral e acompanhamento das famílias, bem como da articulação entre os serviços da rede socioassistencial e demais políticas públicas, visando promover o acesso a direitos e a melhoria das condições de vida da população em situação de vulnerabilidade social no município.



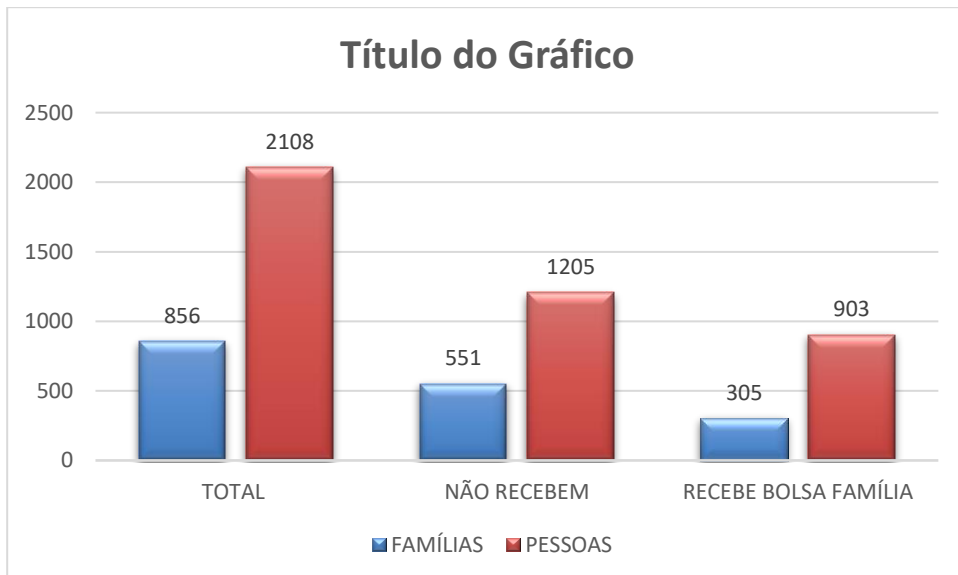
FONTE: CECAD



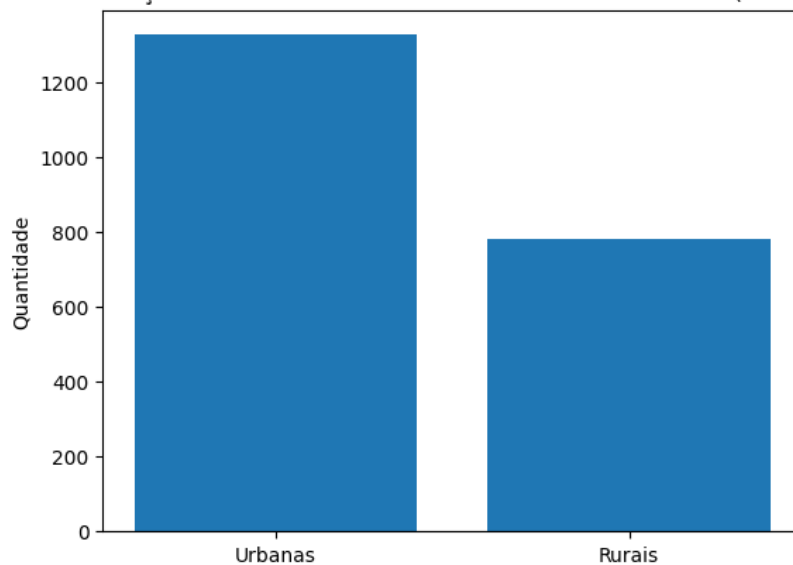
FONTE: CECAD



FONTE: CECAD



Distribuição de Domicílios Urbanos e Rurais - Porto Vitória (CadÚnico)



Com base nos dados extraídos do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) referentes ao município de Porto Vitória – PR, observa-se que o total de 2.108 pessoas encontram-se cadastradas, distribuídas entre 1.327 residentes em área urbana e 781 residentes em área rural, indicando predominância da população na zona urbana, embora haja uma parcela significativa de moradores em áreas rurais, o que demanda atenção quanto ao acesso aos serviços socioassistenciais e às estratégias de busca ativa desenvolvidas pela política de assistência social.

Em relação à autodeclaração de cor ou raça, verifica-se que a maior parte da população cadastrada se identifica como branca, totalizando 1.638 pessoas, seguida por 444 pessoas autodeclaradas pardas, 25 pessoas pretas e 1 pessoa amarela, refletindo características demográficas presentes no território municipal.

No que se refere à presença de pessoas com deficiência, os dados indicam que 111 pessoas cadastradas declararam possuir algum tipo de deficiência, enquanto 1.997 pessoas informaram não possuir deficiência, totalizando os 2.108 indivíduos cadastrados no sistema, sem registros de ausência de resposta nesse quesito.

Quanto ao grau de instrução, observa-se predominância de baixa escolaridade entre os indivíduos cadastrados. Foram identificadas 331 pessoas sem instrução, 770 pessoas com ensino fundamental incompleto, 219 pessoas com ensino fundamental completo e 148 pessoas com ensino médio incompleto, evidenciando que grande parte da população cadastrada possui escolaridade limitada, o que pode impactar diretamente nas oportunidades de inserção no mercado de trabalho e nas condições socioeconômicas das famílias.

A análise do cruzamento entre grau de instrução e recebimento do Programa Bolsa Família demonstra que, entre os que não recebem o benefício, há 159 pessoas sem instrução, 438 com ensino fundamental incompleto, 110 com ensino fundamental completo e 70 com ensino médio incompleto. Já entre os beneficiários do programa, observa-se 166 pessoas sem instrução, 293 com ensino fundamental incompleto, 102 com ensino fundamental completo e 78 com ensino médio incompleto, evidenciando que o programa atende majoritariamente indivíduos em contextos de maior vulnerabilidade educacional e socioeconômica.

No que se refere ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), observa-se relativa estabilidade no número de beneficiários ao longo do período analisado entre fevereiro de 2025 e janeiro de 2026. O número de pessoas com deficiência beneficiárias do BPC variou entre 30 e 33 beneficiários, enquanto o número de idosos beneficiários do benefício oscilou entre 9 e 12 beneficiários no período. Esses dados demonstram manutenção relativamente estável da concessão do benefício no município, reforçando a importância das ações de orientação, acompanhamento e identificação de potenciais beneficiários por meio da rede socioassistencial.

De modo geral, os dados apresentados contribuem para a compreensão do perfil socioeconômico da população cadastrada no município, evidenciando aspectos relacionados à distribuição territorial da população, características demográficas, níveis de escolaridade, presença de pessoas com deficiência e acesso a programas de transferência de renda, informações fundamentais para subsidiar o planejamento e a execução das ações da política de assistência social no território

O dados indicam referente a ocupação das famílias mostra que a população cadastrada no município apresenta predominância de vínculos formais entre os que estão inseridos no mercado de trabalho, mas também significativa presença de trabalho autônomo e informal, além de um grande contingente de pessoas sem informação ocupacional registrada. Esses elementos reforçam a importância da articulação entre a política de assistência social, políticas de geração de renda, qualificação profissional e inclusão produtiva, visando ampliar as oportunidades de trabalho e melhorar as condições socioeconômicas das famílias atendidas

<b>Função principal</b>	<b>total</b>
<b>Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)</b>	159
<b>Trabalhador temporário em área rural</b>	40
<b>Empregado sem carteira de trabalho assinada</b>	16
<b>Empregado com carteira de trabalho assinada</b>	364
<b>Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada</b>	2

Trab. doméstico com cart. de trab. assinada	4
Trabalhador não-remunerado	0
Militar ou servidor público	51
Empregador	0
Estagiário	1
Aprendiz	1
Sem Resposta	1.470

## **Serviço de proteção e Atendimento Integral a Família-PAIF**

### **Ações que compõe o trabalho social com famílias do PAIF**

O Trabalho Social com Famílias no âmbito do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) materializa-se por meio de um conjunto de ações articuladas que convergem para o alcance de objetivos específicos voltados à proteção social, ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e à prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social.

As ações desenvolvidas no PAIF devem ser planejadas, executadas, monitoradas e avaliadas de forma participativa, envolvendo não apenas a equipe técnica, mas também as famílias usuárias do serviço, organizações da sociedade civil, lideranças comunitárias e movimentos populares presentes no território. Essa participação amplia a efetividade do serviço, permitindo que as estratégias adotadas estejam alinhadas às demandas, potencialidades e características socioterritoriais da comunidade, além de favorecer o fortalecimento do protagonismo das famílias, dos espaços de participação democrática e das instâncias de controle social.

No âmbito do PAIF, destacam-se como principais ações: acolhida, oficinas com famílias, ações comunitárias, atendimentos particularizados e encaminhamentos à rede de serviços. Cada uma dessas ações constitui uma estratégia fundamental para a consolidação do trabalho social com famílias, possibilitando o acompanhamento, a orientação e o fortalecimento das capacidades familiares e comunitárias.

Entretanto, o desenvolvimento dessas ações exige constante reflexão e intencionalidade técnica. É fundamental que todas as atividades realizadas estejam

diretamente vinculadas aos objetivos do serviço, de modo que não se configurem como ações isoladas ou meramente procedimentais. Assim, durante todo o processo de planejamento, execução, monitoramento e avaliação, torna-se imprescindível associar as ações do PAIF aos resultados que se pretende alcançar, qualificando o trabalho desenvolvido e garantindo a efetividade do serviço na promoção da proteção social básica.

Dessa forma, o PAIF consolida-se como um instrumento estratégico da política de assistência social, contribuindo para o fortalecimento das famílias, a ampliação do acesso a direitos e a construção de redes de apoio no território.

### **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um serviço da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que tem como objetivo prevenir situações de risco social por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Ele é desenvolvido principalmente nos CRAS e atende pessoas em diferentes faixas etárias, organizadas em grupos, como crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. As atividades são planejadas de acordo com cada ciclo de vida e com as necessidades do território.

O SCFV promove atividades coletivas, socioeducativas, culturais, esportivas e de convivência, buscando estimular a participação social, o desenvolvimento de habilidades, o fortalecimento da autoestima e a construção de relações de respeito e solidariedade.

Além disso, o serviço atua de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado pelo PAIF, contribuindo para a prevenção de situações de vulnerabilidade, isolamento social e violação de direitos.

## **RELATÓRIO DAS ATIVIDADES 2025**

<b>Volume de famílias em acompanhamento pelo PAIF</b>	<b>Média mensal 2025</b>
---	--------------------------

Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF	10,25
Novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF durante o mês de referência	0,42

<b>Volume de atendimentos particularizados realizados no CRAS</b>	<b>Média mensal</b>
Total de atendimentos particularizados realizados no mês de referência	168,33
Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único	4,67
Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único	38,17
Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC	0,58
Famílias encaminhadas para o CREAS	0,00
Visitas domiciliares realizadas	6,25
Total de auxílios-natalidade concedidos/entregues durante o mês de referência	1,25
Total de auxílios-funeral concedidos/entregues durante o mês de referência	0,92
Outros benefícios eventuais concedidos/entregues durante o mês de referência	18,83

<b>Volume de atendimentos coletivos realizados no CRAS durante o mês de referência</b>	<b>Média mensal</b>
Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	10,33
Crianças de 0 a 6 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	3,83
Crianças/adolescentes de 7 a 14 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	49,00
Adolescentes de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos	3,00
Adultos entre 18 e 59 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	11,83
Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para idosos	9,92
Pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades coletivas de caráter não continuado	78,42
Pessoas com deficiência, participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF	2,67

## Proteção Social Especial (PSE)

O Trabalho da Proteção Social Especial (PSE) integra a política de assistência social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e destina-se ao atendimento de indivíduos e famílias que vivenciam situações de violação de direitos, demandando acompanhamento especializado.

A PSE tem como objetivo proteger, apoiar e acompanhar pessoas que já se encontram em situação de risco pessoal ou social, decorrente de situações como violência física, psicológica ou sexual, negligência, abandono, trabalho infantil, situação de rua, cumprimento de medidas socioeducativas, rompimento de vínculos familiares ou comunitários, entre outras.

Esse trabalho é realizado por equipes técnicas especializadas, compostas por profissionais como assistentes sociais, psicólogos e educadores sociais, que desenvolvem ações de acolhida, escuta qualificada, acompanhamento psicossocial, orientação, encaminhamentos e articulação com a rede de proteção.

A Proteção Social Especial organiza-se em dois níveis:

**Média Complexidade:** atende situações em que há violação de direitos, mas os vínculos familiares e comunitários ainda não foram totalmente rompidos, realiza também o acompanhamento de medidas socioeducativas em meio aberto.

**Alta Complexidade:** atende situações em que há necessidade de afastamento do convívio familiar ou ausência de referência familiar, garantindo proteção integral por meio de serviços de acolhimento, como Casa Lar, Abrigos Institucionais, Famílias Acolhedoras e ILP.

Assim, o trabalho da PSE busca restabelecer direitos, fortalecer vínculos familiares e comunitários e promover condições para a superação das situações de violação, contribuindo para a autonomia e a proteção social das pessoas atendidas.

<b>Média Complexidade</b>	<b>Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Nº de acompanhamentos)</b>	10
<b>Média Complexidade</b>	<b>Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (LA e PSC)</b>	01 Liberdade Assistida (LA) 00 Prestação de Serviço comunitário
<b>Média Complexidade</b>	<b>Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua</b>	03
<b>Média Complexidade</b>	<b>Serviço Especializado para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias (Nº de acompanhamentos)</b>	18

<b>Alta Complexidade</b>	<b>Serviço de acolhimento (Casa Lar)</b>
<b>Total de acolhidos em 2025:</b>	<b>11</b>
<b>Desacolhimentos em 2025:</b>	<b>8</b>

<b>Alta Complexidade</b>	<b>ILP (CONVÊNIO APADEFIC)</b>
<b>ENCAMINHAMENTOS</b>	<b>3</b>

### **Auxílio Reforma da Prefeitura de Porto Vitória (PR)**

O Auxílio Reforma é um benefício habitacional promovido pela Prefeitura de Porto Vitória, vinculado às políticas municipais de habitação e assistência social, com o objetivo de melhorar as condições de moradia de famílias em situação de vulnerabilidade social no município. Esse tipo de auxílio busca garantir moradias mais seguras, adequadas e dignas para a população de baixa renda.

De modo geral, o programa prevê apoio financeiro ou fornecimento de materiais de construção para a realização de pequenas reformas, ampliações ou melhorias estruturais em residências de famílias que comprovem necessidade social. Entre as intervenções mais comuns estão reparos em telhados, banheiros, pisos, paredes, instalações elétricas ou sanitárias, visando reduzir situações de risco ou insalubridade.

Para participar, normalmente é necessário residir no município e atender critérios socioeconômicos, como possuir renda familiar baixa e estar inscrito ou apto a ser inscrito no Cadastro Único (CadÚnico), que comprova a situação de vulnerabilidade social da família.

<b>AUXILIO REFORMA CONCEDIDOS EM 2025</b>	<b>15</b>
---	-----------

## **Considerações Finais**

A análise dos dados apresentados neste relatório evidencia a importância da política de assistência social como instrumento fundamental para a garantia de direitos e para a promoção da proteção social às famílias em situação de vulnerabilidade no município de Porto Vitória – PR. As informações sistematizadas pela Vigilância Socioassistencial demonstram que uma parcela significativa da população cadastrada vivencia situações de pobreza, baixa renda e fragilidades relacionadas à escolaridade e à inserção no mercado de trabalho, o que reforça a necessidade de continuidade e fortalecimento das ações socioassistenciais desenvolvidas no território.

Observa-se que os serviços da Proteção Social Básica, especialmente por meio do CRAS, do PAIF e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), têm desempenhado papel relevante no acompanhamento das famílias, na promoção do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e na prevenção de situações de risco social. Paralelamente, a atuação da Proteção Social Especial tem possibilitado o acompanhamento especializado de indivíduos e famílias em situações de violação de direitos, bem como a oferta de medidas protetivas e serviços de acolhimento quando necessário.

Nesse contexto, a Vigilância Socioassistencial reafirma sua função estratégica no âmbito do SUAS, ao produzir e analisar informações territorializadas que subsidiam o planejamento, a gestão e o aprimoramento das ações da política de assistência social. O uso qualificado dessas informações permite identificar demandas emergentes, orientar a tomada de decisões e fortalecer a organização da rede socioassistencial, garantindo maior efetividade na oferta de serviços, programas e benefícios à população.

Equipe Técnica da Vigilância Socioassistencial  
Raquel Maria de Souza Rabelo  
Psicóloga CRP 08/34092